



Ensaio

Recrudescimento das desigualdades de gênero em relação ao trabalho remoto docente na pandemia

Gender inequality insurgence on remote work during Covid-19 pandemic

Recrudescimiento de las desigualdades de género em relación con el trabajo docente a distancia em la pandemia

Glauce Stumpf¹, Sônia de Souza², Denise Regina Quaresma da Silva³

Universidade LaSalle (UniLaSalle), Canoas-RS, Brasil

Resumo

Este artigo analisa, teoricamente, o recrudescimento das desigualdades de gênero durante o trabalho remoto docente, em virtude da pandemia causada pelo novo Covid-19. Para compreendermos as evidências do recrudescimento das desigualdades de gênero, foram apresentados alguns conceitos, como a epistemologia feminista e gênero, partindo de uma análise de imagens do Google. Esses conceitos são importantes para que possamos avançar na análise proposta e ir em direção às categorias desenvolvidas, como a divisão sexual do trabalho, o trabalho não remunerado, as mulheres e a saúde mental e docência e o trabalho remoto. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a partir dos conceitos elencados. Ao observar as condições do trabalho docente na pandemia, houve o exercício de perceber se houve ou não um aumento na demanda das docentes com o acúmulo de tarefas, bem como a interconexão dos ambientes profissional e domiciliar. Foi observado o quanto, antes da pandemia, já havia uma sobrecarga feminina e inferido que houve um aumento exponencial para as docentes em *home office* ou, mesmo atualmente, em ideias (e práticas) de ensino híbrido. Estudos teóricos como esse, possibilitam a visibilidade do trabalho docente feminino e a criação de políticas públicas que tornem o trabalho mais equitativo.

Abstract

The present work analyses, theoretically, the upsurge of gender disparity in remote work during the Covid-19 epidemics. To better understand the evidences of this resurgence on the gender inequality, we brought some concepts, such as the feminist and gender

¹ Docente da Rede Pública de Ensino. Doutoranda em Educação UniLaSalle, bolsista municipal. Mestre em História (Unisinus). Membro do grupo de pesquisa "ComGênero". ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-8696-772X> E-mail: glaucestumpf@hotmail.com

² Docente da Rede Pública de Ensino. Doutoranda em Educação UniLaSalle, bolsista municipal. Mestre em Letras (PUCRS). Membro do grupo de pesquisa "ComGênero". ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-1460-7618>. E-mail: soniadesouza24@gmail.com

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação UniLaSalle, Pós Doutora em Estudos de Gênero (UCES). Líder do grupo de pesquisa "ComGênero". ORCID id: <http://orcid.org/0000-0002-3697-8284> E-mail: denisequaresmadasilva@gmail.com

epistemology, starting with a Google Images search. Those concepts are important to advance on the proposed analysis and go towards the categories developed, such as the sexual divide of the work, unpaid work, women and their mental health, and, teaching and remote work. Therefore, a qualitative bibliographical research will be performed from the topics mentioned. After observing the teacher work conditions during the covid19 pandemics, there was the exercise to understand if there was or not an increase on the work demands, or even, the accumulation of work, and the balance between professional and personal life. Was observed that even before the pandemics, the female workers in education had an overload and currently, they received even more load of work on the home office or on hybrid teaching. Theoretical studies such as this bring the female work in education to light also enable to create new public policies to bring more gender equality.

Resumen

Este artículo analiza teóricamente el recrudecimiento de las desigualdades de género durante el trabajo a distancia de enseñanza, debido a la pandemia provocada por el nuevo Covid-19. Para comprender la evidencia del resurgimiento de las desigualdades de género, se presentaron algunos conceptos, como la epistemología feminista y el género, a partir de un análisis de imágenes de Google. Estos conceptos son importantes para que podamos avanzar en el análisis propuesto y avanzar hacia las categorías desarrolladas, como la división sexual del trabajo, el trabajo no remunerado, la mujer y la salud mental y la docencia y el trabajo a distancia. Por lo tanto, se realizó una investigación bibliográfica cualitativa, a partir de los conceptos enumerados. Al observar las condiciones del trabajo docente en la pandemia, se hizo un ejercicio para percibir si hubo o no aumento de la demanda de los docentes con la acumulación de tareas, así como la interconexión de los ambientes profesional y del hogar. Se observó cuánto, antes de la pandemia, ya existía una sobrecarga femenina y se infirió que hubo un aumento exponencial de docentes en home office o, aún hoy, en ideas (y prácticas) de enseñanza híbrida. Estudios teóricos como este posibilitan la visibilización del trabajo docente femenino y la creación de políticas públicas que hagan más equitativo el trabajo.

Palavras-chave: Gênero e Educação, Pandemia Covid-19, Condições do Trabalho Docente.

Keywords: Womans Education, Gender Issues, Teacher Employment, Pandemic Covid-19.

Palabras clave: Género y Educación, Pandemia Covid-19, Condiciones de Trabajo Docente.

1. Introdução

A pandemia provocada pela Covid-19 trouxe uma série de mudanças repentinas⁴ e planejamentos urgentes para poder adaptar a educação às necessidades atuais, que foram estas: o isolamento social e o trabalho remoto. Durante o período de março de 2020 até o segundo semestre de 2021, as

⁴ De acordo com Pinheiro *et al.* (2020, p.7) “em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus – a Covid-19 – constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional. Em 11 de março de 2020, considerando a rápida disseminação geográfica do coronavírus, o surto foi caracterizado pela OMS como uma pandemia”.

professoras⁵ estiveram em constante vigilância de um possível retorno presencial, sem os cuidados mínimos de higienização nas escolas, submetidas desde o início da pandemia a um trabalho totalmente remoto (forma como tem sido chamado o ensino no formato atual), que sofreu alterações constantes, e uma carga de trabalho extenuante. Somado a isso, tivemos a exigência imperativa do uso de recursos tecnológicos (entre aplicativos, programas, *wi-fi*) que foram e são adquiridos, durante a pandemia, em meio a um caos econômico, em que houve um aumento vertiginoso de preços e de queda da renda familiar, sendo que as rendas familiares, de forma geral, sofreram impactos negativos.

Por um ano e meio as professoras mantiveram o distanciamento social, que foi a principal forma de prevenção ao vírus até a vacinação em massa, em casa, entretanto, uma série de pontos traduzem num aumento exasperado da carga horária e a dupla jornada de trabalho que, ligados pelo *home office*, tornaram uma jornada quase infinita. Essas pequenas considerações iniciais podem revelar uma recrudescência da desigualdade de gênero no interior do trabalho docente remoto.

Quando se pensa em igualdade de gênero, é impossível não articular essa ideia com os direitos humanos. Partindo do pressuposto de que eles incluem a igualdade entre os seres, e que, para as mulheres, essa “igualdade” ainda está em construção, é notório que a luta pela equidade de gênero faça parte da categorização dos direitos humanos.

Para compreendermos as evidências do recrudescimento das desigualdades de gênero são apresentados no próximo item a abordagem metodológica, após, no item 3, alguns conceitos como a epistemologia feminista e os estudos de gênero partindo de uma análise de imagens do Google. Esses conceitos são importantes para que possamos avançar na análise proposta e ir em direção às categorias desenvolvidas posteriormente como a divisão sexual do trabalho (item 4), o trabalho não remunerado (item 5), as mulheres e a saúde mental (item 6) e a docência e o trabalho remoto (item 7).

2. Metodologia

Nessa perspectiva, partindo da categoria de análise gênero, trazemos algumas reflexões teóricas sobre as condições de trabalho remoto de professoras durante a pandemia da Covid-19, levando a crer que houve um acúmulo de tarefas e uma sobrecarga para as mulheres, uma vez que são elas que detêm, majoritariamente, os cuidados domésticos, que se constitui em dupla jornada de trabalho, a árdua tarefa do trabalho não remunerado. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a partir dos conceitos como gênero, divisão sexual do trabalho, trabalho não remunerado e a docência no ensino remoto, tentando observar as condições do trabalho docente na pandemia e perceber se houve ou não um aumento na demanda das docentes.

O objetivo do nosso trabalho é analisar teoricamente as condições do trabalho docente na pandemia. Trazemos como hipótese o aumento na demanda de trabalho das docentes devido ao acúmulo de tarefas.

⁵ Usaremos professoras no feminino plural por termos, em números, a maioria feminina, por isso, utilizamos de forma generalizante, incluindo a totalidade docente. Porém, quando quisermos evidenciar diferenças, iremos ressaltar de forma explícita.

3. Gênero: categorias de análise de um saber localizado

Joan Scott (1995), uma historiadora que pretende compreender os processos históricos por meio da perspectiva de gênero, nos auxilia a entender como realizar na prática essa análise. Num primeiro momento, ela nos aponta que “em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados” (SCOTT, 1995, p.85). Ou seja, perceber as diferenças entre as jornadas de trabalho entre homens e mulheres é apenas um ponto que deve ser somado a outros importantes.

A epistemologia feminista proposta por Donna Haraway (1995) também auxilia a compreender essas nuances por meio de uma visão parcial. Para a intelectual, a objetividade feminista se encontra em saberes localizados.

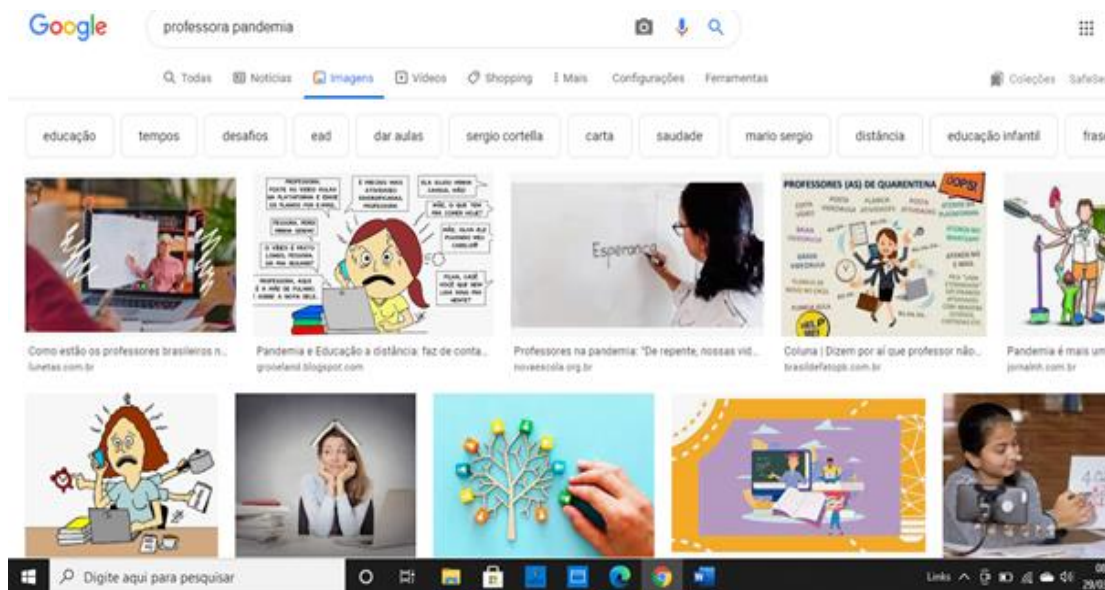
Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades (HARAWAY, 1995, p. 21).

Ao fazer um encontro com os processos interconectados, como propõe Scott (1995) e com os saberes localizados de Haraway (1995), podemos demonstrar a validade da presente pesquisa ao buscar compreender, teoricamente, a desigualdade de gênero e denunciar para o seu possível recrudescimento, durante o ensino remoto, pela criação de categorias de análise que são interconectadas, compondo um saber localizado.

Mas, o que seria gênero? Para Guacira Louro (2008, p. 18) “ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” e tanto as construções de gênero como de sexualidade se dão ao longo da vida de forma contínua por meio de aprendizagens e práticas, “é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado” (LOURO, 2008, p.18). Judith Butler (2014) nos mostra a construção social de gênero e a criação de normatividades que impõem (por meio de relações de poder) padrões.

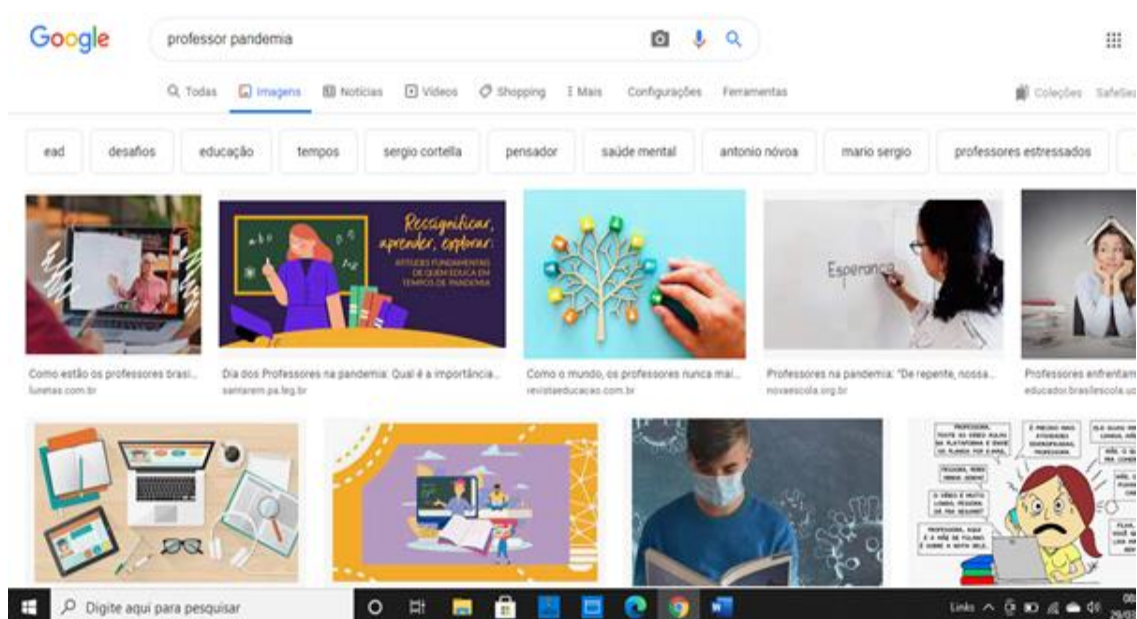
Se gênero é uma norma, isso não equivale a um modelo ao qual os indivíduos tentam se aproximar. Ao contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído (BUTLER, 2014, p. 261).

Ao utilizarmos a perspectiva de gênero, precisamos perceber como se constituem as representações normativas que são, atualmente, instituídas em nosso contexto social. Para estimular a reflexão, fizemos uma busca no Google, a partir da inserção de duas palavras: professora + pandemia. Conforme revela a Figura 1, de dez imagens relacionadas, apenas uma traz um homem multifunção. Além disso, ressalta aos olhos as imagens de mulheres estressadas.

Figura 1 - pesquisa no google professora + pandemia

Fonte: Google Imagens, 2021⁶.

Após, realizamos outra busca no Google, mas agora com as palavras professor + pandemia, figura 2. Ao contrário da anterior, dessa vez, nenhum homem multitarefa aparece. Apenas imagens de equilíbrio masculinas e, quando há imagens que revelam uma sobrecarga, o gênero designado ainda é o feminino.

Figura 2 - pesquisa no google professor + pandemia

Fonte: Google Imagens, 2021⁷.

⁶ Disponível em: <https://shortest.link/pH0>. Acesso em: 30 mai 2021.

⁷ Disponível em: <https://shortest.link/qw5>. Acesso em: 30 mai 2021.

As imagens demonstram que a sexualidade não tem relação apenas com o corpo, mas também com “nossas crenças, ideologias e imaginações” (WEEKS, 2000, P. 25). Ora, se são crenças, sua importância está exatamente nas relações de poder que elas exercem. Joan Scott (1995), Judith Butler (1995), Guacira Louro (2008), entre outras, compreendem o gênero como uma construção social dentro das relações de poder. Em que um grupo dita normas e pressiona os demais que estão fora a quererem entrar. Aqueles que se veem fora, muitas vezes, se percebem caracterizados pelo que não tem, pelo que precisariam alcançar. Nessas relações é que se formam as identidades de gênero e que, como pontua Stuart Hall (2000), são construídas por meio da diferença com o outro. Mas, de que forma as identidades são forjadas? Stuart Hall (2000, p. 109) destaca que será dentro dos discursos:

[...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

É nesse amálgama de discursos, de normatizações e de diferenças que as relações de poder se estabelecem, se legitimam e se cristalizam - como observamos refletidas nas imagens das pesquisas do Google.

4. Divisão sexual do trabalho

Ao falarmos de trabalho, contemporaneamente, estamos pensando, geralmente, em uma atividade para além da vida doméstica e que possui um pagamento, isto é, remunerado e extradoméstico. Entretanto, as formas de trabalho que encontramos hoje em dia não foram sempre assim. O trabalho doméstico e agrícola perdurou por muito tempo como um dos principais ofícios, sendo os demais em função deste (nas primeiras sociedades originárias e, posteriormente, nas primeiras civilizações).

Mabel Burin (2010) traz a divisão sexual do trabalho a partir da sociedade atual, com a organização neoliberal e um trabalho extradoméstico que possui valor. Esse rearranjo se deve a uma série de questões históricas, entre elas, a Segunda Revolução Industrial⁸, e podemos acrescentar as duas guerras mundiais que exigiram que a mulher trabalhasse enquanto o homem estava lutando. A contextualização é essencial para compreender a forma como o trabalho se constituiu e se perpetuou na sociedade, por essa razão, os recortes espaço-temporais modificam as relações de trabalho e podem, ao mesmo tempo, manter ou recrudescer determinados padrões⁹.

⁸ Burin (2010, p. 11 e 12) destaca que a Segunda Revolução Industrial ocorreu no século XVIII trazendo mudanças a partir do processo de industrialização e de urbanização crescente e de uma nova ética para os valores humanos – deixa-se a centralidade dos princípios religiosos hegemônicos e passam ao trabalho produtivo.

⁹ Conforme estudo da ONU (2011, p. 9), “em muitos países e sociedades, mulheres e meninas são tratadas como socialmente inferiores. Normas, códigos de conduta e leis perpetuam a subjugação do sexo feminino e “fecham os olhos” diante da violência perpetrada contra as mulheres. Relações de poder desiguais, normas e valores de gênero se traduzem em acesso e controle diferenciado sobre os recursos de saúde, dentro e fora das famílias”.

Pierre Bourdieu (2020) demonstra o quanto essas estruturas também auxiliam na construção das diferenças, identidades e normatizações.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momentos, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2020, p. 24).

Este autor descreve as relações humanas a partir da divisão sexual do trabalho, que ocorrem muito antes das sistematizações do conhecimento pelos estudos de gênero até a atualidade. Nosso presente é constituído com base em construções passadas e são elas ditadas por relações de poder. O referido autor ainda narra: “é a elas que cabe a tarefa longa, ingrata e minuciosa de catar, no chão mesmo, as azeitonas ou achas de madeira, que os homens, armados com vara ou com machado, deitaram por terra” (BOURDIEU, 2020, p. 57). O excerto evidencia um conteúdo que possui “aparente insignificância” das distinções dos trabalhos da mulher, e, dentro da temática, das crianças e do homem.

A separação então se dá pela divisão sexual do trabalho: do feminino e do masculino, do frágil e do forte. Outras separações vão sendo inseridas e ao feminino compete o trabalho mais longo e interminável, associado pela aparente facilidade, mas que encobre um desprezo pelo que é minucioso, ou aparentemente interminável, como as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças que têm essas características. O que aparenta ser algo insignificante, encobre uma série de divisões pautadas por distinções de gênero tão arraigadas que não são percebidas, são naturalizadas.

A constituição da divisão do trabalho não se deu de forma homogênea e muito menos igualitária em todas as regiões do planeta. Reiteramos a necessidade do recorte espaço-temporal, por isso, retomamos ao Brasil, em nosso país, onde há dados que demonstram a disparidade de gênero nas colocações de mercado e muitas pesquisas trazem a “preferência” das mulheres por profissões femininas como docências e enfermagem (MACEDO, 2019; YANNOULAS, 2011). Profissões essas que são tarefas que exigem cuidado e que estão vinculadas às construções de gênero feminino.

Tanto Bourdieu (2020) quanto Burin (2010) identificam características que são normatizadas no feminino e no masculino, sendo que esta última autora elenca o universo maternal para o feminino: o cuidado, o doméstico, o vínculo afetivo e a dívida afetiva que se estabelece numa relação. Constata-se que ao feminino cabe a tarefa de observar, prioritariamente, as necessidades do outro, ficando o individual para o segundo plano, tornando-se um amálgama subjetivo, e a identidade feminina passa a ser definida pela do outro. Já o masculino possui uma representação social extrafamiliar, suas relações são de trocas materiais e ao homem são destinados os espaços de poder (ao contrário da mulher que é

dado, no máximo, o espaço de influência). Essa lista de características evidencia a polarização da norma e demonstra o porquê ainda é tão difícil pensar em equidade de gênero. Como observamos no excerto:

Ainda que a participação política das mulheres seja crescente, os homens exercem o controle político na maioria das sociedades e, por extensão, o controle social e econômico. Não há dados disponíveis sobre a proporção de mulheres vivendo na pobreza, porém, as mulheres são particularmente vulneráveis à pobreza porque são menos propensas que os homens a estarem em empregos formais e grande parte de seu trabalho não é remunerado. Em muitos países em desenvolvimento, uma grande proporção de trabalhadores agrícolas são mulheres e muitas não são remuneradas porque esta tarefa é considerada parte de seu papel no âmbito da família (ONU, 2011, p. 10).

A divisão sexual do trabalho reproduz a lógica de binarismo de gênero e de seus lugares. Burin (2010) reitera a dificuldade que há de transcender essa lógica, tão arraigada que, quando uma mulher ascende para um cargo de liderança, dificilmente, ela terá uma referência a se inspirar, ela própria está rompendo com a norma e galgando um caminho ainda inexplorado.

5. O trabalho não remunerado

Diariamente, as mulheres têm infinitas tarefas de rotina, sem as quais não podemos viver em sociedade: higiene básica pessoal, alimentação, assepsia da casa e dos objetos, cuidados com as crianças e idosos (quando há). Podemos também lembrar de algumas atividades extras como cuidados com pets, manutenção de casa e eletrodomésticos. A lista é enorme e está tão intrínseca a nossa vivência que passa despercebida.

Provavelmente, ao ler o parágrafo anterior, o leitor tendeu a representar cada uma dessas tarefas e imaginá-las. A quem cabe cada uma dessas atividades? A higiene básica é individual, mas e as questões coletivas? Infelizmente o binarismo ascende e imaginamos a mulher com as crianças e o homem com o carro. Todo esse desgastante e necessário trabalho é considerado como não remunerado.

Foi percebendo a importância do trabalho não remunerado também para a economia das nações que:

economistas feministas tomaram a iniciativa de destacar as falhas de uma abordagem que ignora a produção que não se insere no mercado, que ocorre em todas as economias e sociedades e é necessária para garantir a “produção” e a “manutenção” das pessoas que realizam a produção monetária (BUDLENDER, 2012, p. 89).

Apesar de sabermos o impacto na economia dos gastos gerados dentro do âmbito doméstico, ainda não há uma inserção completa nos estudos e nos cálculos nas políticas públicas, nem nos orçamentos. Debbie Budlender (2012) denuncia a falta de critérios de gênero na coleta de dados para embasar as políticas, o que mantém ainda mais a invisibilidade do trabalho não remunerado.

Corina Enriquez (2012, p. 143) afirma que “o trabalho não remunerado também influencia a quantidade de horas de trabalho remunerado disponível, já que o libera das responsabilidades de cuidado”. Esse trecho evidencia o impacto do trabalho não remunerado para a constituição familiar e para a disponibilidade da pessoa. Isso, muitas vezes, terá como resultado qual integrante da família trabalhará fora e quem ficará em casa, que é, na maioria das vezes, invisibilizado. A autora ainda pontua que:

a pressão sobre o trabalho não remunerado que realizam principalmente as mulheres dentro dos lares é permanente, já que o trabalho é responsável por cobrir as lacunas entre a renda disponível e as normas sociais de consumo e, em particular, entre as condições do trabalho remunerado e as condições de vida (ENRIQUEZ, 2012, p.143).

Os rearranjos domésticos têm impactado a economia, ainda mais nesse momento de pandemia, em que muitas mulheres tiveram que parar de trabalhar fora para cuidar de seus filhos ou deixá-los em redes de apoio (geralmente também mulheres). Podemos observar esse impacto na busca, quase homérica dos políticos, em tornar a docência uma profissão essencial. Por que agora, no pior momento da pandemia? E, por que iniciar o retorno da educação pelas crianças de 0 a 8 anos? Como pontuaram as pesquisadoras, anteriormente, não tínhamos dados sobre o trabalho remunerado para fazer inferências tão fortes, mas as evidências sugerem que a mão de obra feminina é necessária para manter a renda familiar e os cuidados domésticos estão sendo um entrave.

6. Mulheres e a saúde mental

Num período pré-pandemia, alguns estudos (ONU, 2011; BURIN, 2010) identificaram a mulher em uma faixa de vulnerabilidade para desenvolvimento de problemas de saúde mental. O panorama trazido desnuda a desigualdade feminina nos aspectos de trabalho, de remuneração e de visibilidade. Burin (2010), discorre sobre essa temática, denunciando a relevância do recorte para o campo da saúde e futuras intervenções no atendimento e acolhimento das mulheres na rede de saúde. A ONU também em 2011 fazia essa denúncia:

os problemas de saúde mental, particularmente a depressão, são causas importantes de incapacidades em mulheres de todas as idades. Embora estes problemas possam variar de um indivíduo a outro, o baixo status social das mulheres, a elevada carga laboral e a violência são fatores que contribuem para sua ocorrência nesta população (ONU, 2011, p. XIII).

O enquadramento de análise, por uma perspectiva de gênero, possibilita perceber uma série de pontos que ficam invisibilizados no cotidiano, em especial, por ser um olhar interdisciplinar e por diversos ângulos e atravessamentos. “O baixo status social”, “elevada carga laboral” e a “violência” foram trazidos como fatores para o aumento de problemas com a saúde mental. Para Burin (2010), os fatores de risco dessa população consistem em um conjunto de situações que oferecem o aumento da probabilidade de adoecimento. A autora elenca, em sua

pesquisa, diversos fatores e todos estão inseridos em questões de gênero feminino: maternidade, ser dona de casa e pelos padrões estabelecidos.

Ao se propor analisar a saúde mental feminina, por uma perspectiva de gênero, esta autora observa o quanto alguns paradigmas médicos (como o assistencialista) podem exercer uma violência sutil, ao colocá-las como mais fragilizadas e não as reconhecer como sujeitos ativos passíveis de medidas protetivas como políticas públicas em prol da igualdade de gênero.

Por lo general, las mujeres revelan quedar bastante insatisfechas con la atención recibida, debido a que se les ofrecen principalmente tratamientos farmacológicos o psicoterapias que, al no tener en cuenta la complejidad y especificidad de sus estados depresivos, no pueden brindar una atención calificada con perspectiva de género a sus necesidades específicas¹⁰ (BURIN, 2010, p. 13).

Denuncia a não sensibilidade do profissional da saúde em reconhecer as relações de gêneros e suas imbricações e o quanto isso acarreta em um maior desafio para a mulher que precisa buscar auxílio. Ou, como pontuado no excerto acima, há o estímulo para o uso de medicamentos ou muitas mulheres deixam de buscar acolhimento profissional, sofrendo em silêncio.

Dessa forma, quando a mulher necessita buscar uma profissionalização, não tendo a opção de ser apenas dona de casa (ou por vontade própria ou por necessidades socioeconômicas), encontra uma série de obstáculos que a impõem a escolhas profissionais mais próximas a sua realidade de gênero: qual profissão pode permitir conciliar os trabalhos domésticos e maternos? Ou, deve-se então seguir uma profissão e escolher ser solteira, pois é inviável conciliar? Nessa escolha tão desafiadora, não se traz o protagonismo do parceiro, no caso de uma relação heterossexual, para a maternidade e muito menos para os trabalhos domésticos. Se pensa, quando muito, na terceirização desses trabalhos. O que revela outro empecilho: o salário da mulher precisa compensar os gastos que se originaram de sua saída do lar.

Essas dificuldades advêm de uma “trama” social de escolhas sensíveis que a intelectual denominou de “teto de vidro” (BURIN, 2010). Para a mulher, a profissionalização perpassa escolhas muito mais profundas que podem determinar sua trajetória pessoal familiar. Uma pesquisa realizada com alunos da universidade de Harvard, e publicada no periódico *El País* (BETIM; MANÁRGUEZ, 2015), trazia uma realidade social: dos alunos que estavam quase se formando, a maioria deles acreditava que as mulheres ficariam em casa cuidando dos filhos enquanto a profissão do marido seria a priorizada. Ou seja, mesmo em formações altamente qualificadas, as mulheres e os homens sabiam os seus papéis sociais.

Observamos assim, que a escolha feminina por uma profissionalização pode perpassar pelos desejos de realização familiar e suas escolhas acabarem

¹⁰ “Em geral, as mulheres revelam ficar bastante insatisfeitas com a atenção recebida, devido ao que as oferecem, principalmente, tratamentos fármacos ou psicoterapias que, ao não ter em conta a complexidade e especificidade de seus estados depressivos, não podem receber uma atenção qualificada com perspectiva de gênero a suas necessidades específicas” (Tradução das autoras).

antecedendo momentos futuros. A docência acaba sendo uma das poucas profissões que a maternidade pode favorecer em seu currículo,

A dupla jornada realizada pelas docentes resulta em estresse excessivo para elas, pois para além do atendimento às novas demandas, como as aulas *on-line*, elas precisaram dar conta das funções domésticas, entre elas, os cuidados com o lar e com os filhos. Em relação ao estresse ocupacional da docente, também, há estudos que identificaram (LOPES BARBOSA, 2021) que as professoras estão mais propensas a ter sintomas de estresse do que os professores.

Recente estudo publicado por Renata Araujo *et al.* (2020) mostra os resultados provenientes de uma pesquisa realizada com 394 professores universitários, que estiveram em isolamento social, imposto pela Covid-19, exercendo atividade docente. O objetivo deste estudo foi compreender os fatores de estresse relacionados às mudanças urgentes e em caráter de contingência nas práticas de ensino na educação superior decorrentes da pandemia, no Brasil. Foi encontrado o seguinte resultado, a partir das sete variáveis que podem indicar estresse (irritação, sensação de incapacidade, desânimo, desconforto físico, ansiedade, dores musculares e falta de memória): o recrudescimento para o gênero feminino, já que há uma predominância acentuada na percepção dos fatores de estresse nas professoras em relação aos professores.

Os autores demonstraram os resultados desta pesquisa em relação ao gênero, conforme dados apresentados. Na amostra pesquisada, as mulheres apresentam 47,22% de irritação, enquanto os homens 34,46%. Na sensação de incapacidade, as mulheres apresentam 55,56% enquanto os homens 37,29%. O desânimo aparece em 52,31% de mulheres, contra 33,33% nos homens. Já o desconforto físico possui índices de 60,19% em mulheres e 44,63% em homens e a ansiedade está presente em 65,74% das mulheres e 51,41% nos homens. Em relação às dores musculares, 60,65% das mulheres relatam sentirem este sintoma, enquanto que 40,11% dos homens referem sentir este mesmo sintoma. A falta de memória apresenta-se com 32,41% nas mulheres, enquanto somente 17,51% dos homens apresentam esta variável do estresse (ARAUJO, 2020).

Os resultados encontrados corroboram com as explicações feitas visibilizando o maior número de adoecimento mental das mulheres professoras durante o período da pandemia, tratando-se, portanto, de uma problemática que deve ser pensada a partir de uma perspectiva de gênero.

7. A docência e o trabalho remoto

Se as aulas presenciais denotavam uma continuidade do trabalho das docentes fora do espaço escolar, uma vez que as atividades se seguiam, em casa, após o horário de trabalho, seja no planejamento das aulas, seja nas atividades a serem corrigidas, por exemplo, o trabalho remoto contribuiu para um aumento significativo dessa carga de trabalho. Outrossim, essas mudanças provocadas pela pandemia da Covid-19 trouxeram à tona as desigualdades social e tecnológica de professoras e de alunas e alunos.

Mesmo com todo avanço tecnológico, percebemos que, na escola, muitas alunas e alunos ainda não dispõem de tecnologias para acessar as aulas, pois utilizam o celular, geralmente, da mãe, provedora da família, quando ela chega em casa, à noite, após um dia de trabalho, ou apenas nos fins de semana.

Além disso, muitos e muitas não têm acesso à *internet*, celular, *notebook* ou um espaço adequado para estudar em casa.

Ademais, há estudantes que possuem todo o aparato tecnológico, em casa, para acompanhar as aulas, mas não conseguem fazê-lo, uma vez que não adquiriram o conhecimento necessário e mínimo para dominar as plataformas digitais. Portanto, a geração, até então denominada: "nativos digitais", diz respeito a crianças e jovens nascidos em uma época de avanços tecnológicos, mas que não adquiriram, por natureza, o domínio dessas tecnologias. Eles acabam exigindo auxílio, geralmente, materno para o entendimento das tarefas e das plataformas digitais e/ou trabalhos da escola.

Diante disso, o momento atual não trouxe apenas à tona a desigualdade social, tecnológica, científica entre alunas e alunos, mas também entre as docentes, pois, muitas delas, devido aos baixos salários, também se encontram na mesma situação das e dos educandos, sem um local apropriado para dar aulas *on-line* de sua casa, um celular muito simples e antigo, dados móveis ao invés do uso de *internet wi-fi*, isso sem mencionar capacitações rápidas na tentativa de suprir a demanda do domínio de plataformas e o estresse provocado pela urgência da gravidade da situação.

Tudo isso acarreta exaustão e estresse no trabalho remoto docente, uma vez que as professoras assumem cada vez mais tarefas escolares, pois preparam aula para a plataforma digital, aula para ser impressa, correção e devolutiva das atividades realizadas pelas alunas e alunos, preenchimentos de planilhas dessas devolutivas, encontros virtuais semanais, atendimentos, com o próprio celular, aos familiares das e dos educandos, muitas vezes, à noite, fora do seu horário de trabalho e nos finais de semana, por ser, como já relatado, o único horário possível para essas famílias, além de um possível retorno ao ensino presencial mesclado com o remoto, denominado de híbrido, em plena pandemia, sem data para a vacinação dessa classe trabalhadora. Ou seja, além de todo esse trabalho que a professora continuará realizando remotamente ainda terá que ir até a escola para atender às crianças e jovens que não têm acesso ao material via plataforma.

Todo esse contexto pandêmico, nos fez repensar a escola e o papel dessa profissional da educação, que acumula as atividades profissionais com o trabalho não-remunerado das suas tarefas diárias, como exposto anteriormente. Por isso, urge que os gestores públicos e privados elaborem estratégias para auxiliar esses e essas estudantes e suas famílias, seja financeiramente, seja com aportes tecnológicos, para amenizar o caos educacional que estamos presenciando. E, que ao executar as estratégias possam ouvir as demandas dos grupos atingidos. Ademais, esses investimentos devem ser estendidos às profissionais da educação a fim de qualificar o ensino e a vida dessas trabalhadoras.

8. Considerações finais

A partir das categorias de análise, percebemos o quanto teríamos agora, na pandemia, um momento oportuno para reavaliar dados, muitos construídos pela Organização das Nações Unidas anteriormente ao estado de emergência que nos encontramos. O que vemos, ao contrário, são medidas que ignoram, a participação da mulher, como também protagonista nos núcleos familiares, ao

subtrair os aspectos afetivos e as preocupações existentes em torno do cuidado com os filhos, retirando-os da proteção familiar para inseri-los, na escola, sem a garantia de que haja o respeito aos protocolos de distanciamento, perspectivas de vacinas ou mesmo segurança de um acesso ao sistema de saúde.

A crescente mirada para aspectos de gênero tem demonstrado necessidades de alterações nas políticas públicas e reforma nas estruturas de atendimento à saúde da mulher. Precisamos sim, iniciar com números, com a inserção de diferenciação sexual na coleta de dados (inserindo as diversas opções existentes de gênero) para que se possa pensar (e esse é o real valor do processo) em medidas efetivas de proteção, de amparo e de assistência para todos os gêneros. E, logicamente, construir novas relações pautadas numa desconstrução binária de gênero e de seus estereótipos, garantindo assim uma educação democrática, inclusivista e antirracista.

Referências

ARAUJO, Renata Mendes *et al.* COVID-19, Mudanças em Práticas Educacionais e a Percepção de Estresse por Docentes do Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação** - RBIE, 28, 864-891, 2020. DOI: 10.5753/RBIE.2020.28.0.864.

BETIM, Felipe; MENÁRGUEZ, Ana Torres. **Filhos não impedem que as mulheres tenham uma carreira. São os maridos.** El País, São Paulo, 10 de Novembro, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/09/economia/1447062347_374448.html. Acesso em: 10 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. RJ: Bertrand Brasil, 2020.

BUDLENDER, Debbie. Expectativas versus realidades nas iniciativas de orçamentos sensíveis a gênero. In: JÁCOME, Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (Org.), **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos.** Brasília: ONU Mulheres, p. 63-113, 2012. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-conceitos.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

BURIN, Mabel, **Gênero y salud mental: construcción de la subjetividad femenina y masculina.** Instituto de Altos Estudios en Psicología y Ciencias Sociales, IAEPICIS, p. 1-33, 2010. Disponível em: http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/bitstream/handle/123456789/1529/Burin_2010_Reprint.pdf?sequence=1 Acesso em: 10 maio 2021.

BUTLER, Judith, Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho, p. 249-274, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez, **Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista.** In: JÁCOME, Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (Org.), **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos.** Brasília: ONU Mulheres, p.199-236, 2012. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-conceitos.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso: 03 maio 2021.

LOPES BARBOSA, Marcus Levi **et al.** Estresse Ocupacional em Docentes do Ensino Fundamental de uma Escola no Sul do Brasil: Uma Análise a Partir de uma Perspectiva de Gênero. Arquivos de análise de políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas** [en linea], 25, p. 1-21, 2017. ISSN: 1068-2341. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275050047056>. Acesso em: 06 jun. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, São Paulo, 19 (2), maio/ago, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MACEDO, Renata Mourão. Resistência e Resignação: Narrativas de gênero na escolha por enfermagem e pedagogia. **Cad. Pesqui**, São Paulo, 49 (172), p. 54-76, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v49n172/1980-5314-cp-49-172-54.pdf>. Acesso: 04 abr. 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Mulheres e Saúde: Evidências de hoje agenda de amanhã**, 2011. Disponível em: https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

PINHEIRO, Luana *et al.* **Nota técnica:** vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. ONU Mulheres. IPEA. Nº 75, Junho, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. jul/dez, 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 03 maio 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 24-61.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), 11 (22), jul./dez, p. 271-292, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4054571>. Acesso em: 03 maio 2021.

Contribuição dos autores

Autor 1: participação ativa na discussão, na análise crítica e escrita.

Autor 2: participação ativa na discussão, na análise crítica e escrita.

Autor 3: participação ativa na discussão, na análise crítica e escrita.

Enviado em: 21/julho/2021 | Aprovado em: 08/fevereiro/2022